

12.ª 23.9.2019	SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARNIDE
---------------------------------	---

ACTA

Aos vinte e três dias do mês de **Setembro** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no **Espaço Bento Martins, sito no edifício sede da Junta de Freguesia – Largo das Pimenteiras, 6**, para efectivação de mais uma **sessão ordinária**, do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, SUSANA MARIA HENRIQUES DOMINGOS DA COSTA SANTOS** (em substituição de **MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ**), **JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES**, **JOÃO VENTURA TOURÃO, PAULO RENATO LOPES RODRIGUES, MÁRIO RUI NOGUEIRA** (em substituição de **DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE**), **MIGUEL MARTINS AGROCHÃO E VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO**.

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA, SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ E MARIA TERESA FERREIRA MARTINS**.

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

- 1. Acta da 11.ª Assembleia de Freguesia de Carnide**
Apreciar e votar a Acta da 11.ª Assembleia de Freguesia;
- 2. Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.**
Apreciar a Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
- 3. Contratos de Delegação de Competências**
Autorizar a celebração de Contratos de acordo com a alínea g), do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.
- 4. Revogação de Contrato de Delegação de Competências**
Revogar contrato de acordo com a alínea g), do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

5. Auto de Abate

Apreciar o inventário dos bens de acordo com a alínea b), do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Antes do início da sessão foram entregues à Mesa os seguintes documentos:

Documento 1 – **Moção – Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas (CDU);**

Documento 1A – **Voto de saudação pela realização da Cimeira do Clima da ONU (PS);**

Documento 2 – **Recomendação – Melhorar a Feira da Luz (PSD);**

Documento 2A – **Recomendação - relativa à presença dos Partidos Políticos na Feira da Luz (PS);**

Documento 3 – **Moção – Feira Popular de Lisboa (PSD);**

Documento 4 – **Recomendação – Pela existência de semáforos para os peões com aviso sonoro na Avenida Colégio Militar, Rua da Fonte e Largo da Luz (CDS);**

Documento 5 – **Recomendação – Pela criação de lugares de estacionamento junto a Farmácias para idosos, deficientes e grávidas (CDS);**

Documento 6 – **Recomendação – Pelo desbaste das árvores junto ao semáforo da Rua Padre Américo, junto ao cruzamento com a Rua Francisco Namora (CDS);**

Documento 7 – **Recomendação – Pela colocação de sinalização horizontal e vertical de ciclovia na Avenida Cidade de Praga (frente à Renault Telheiras) (CDS);**

Documento 8 – **Recomendação – Pela pintura de sinalização de trânsito horizontal na Estrada da Luz (junto ao Lar Maria Droste) (CDS);**

Documento 9 – **Recomendação – Pela alteração da posição do sinal de proibição parar ou estacionar vertical na Estrada da Luz (junto ao Lar Maria Droste) (CDS);**

Documento 10 – **Voto de Pesar pelo falecimento de André Jorge Dionísio Bradford (PS);**

Documento 11 – **Voto de Saudação pela conclusão e inauguração da Casa das Artes de Carnide (PS);**

Documento 12 – **Voto de Saudação pelos 40 anos do SNS (PS);**

A iniciar a reunião a Presidente da Assembleia de Freguesia começou por saudar todos os presentes e passou, de pronto, a palavra à população para que esta se pudesse pronunciar acerca daquilo que considerasse pertinente.

O cidadão **LUIS ÁGOAS** pronunciou-se acerca da requalificação do Centro Histórico de Carnide e do incumprimento reiterado dos OPs, considerando que este espaço é estruturante para a freguesia. Afirmou também que o centro de Carnide é um espaço que congrega a diversidade das populações desta área da cidade, pelo que não podia ser tratado pela Câmara Municipal de Lisboa com a veleidade como o tem sido até aqui.

Considerou, ainda, que seria muito importante que todos os eleitos da Assembleia de Freguesia pudessem fazer, conjuntamente, maior pressão junto da edilidade municipal para que esta situação fosse resolvida.

Por sua vez o cidadão **RUBEN**, residente no Bairro Padre Cruz, pediu que a informação à população e a divulgação relativa às datas das Assembleias de Freguesia pudessem ser feitas com maior antecedência e de modo mais visível.

De seguida, dirigindo-se ao Executivo da Junta de Freguesia, quis saber da previsão de prazos para a resolução da situação do Polidesportivo da Horta Nova, e, nomeadamente, para quando a previsão da sua construção, sublinhando que as crianças do Bairro da Horta Nova continuam a ter de se deslocar ao Pavilhão do Bairro Padre Cruz para a prática das suas actividades desportivas.

Em sequência desta intervenção, a Presidente da Assembleia de Freguesia, **MARIA VILAR DIÓGENES**, informou que as convocatórias para as respectivas Assembleias são feitas e enviadas com sete dias de antecedência, de acordo com os prazos legalmente estabelecidos, e que, para além da sua divulgação no site da Junta de Freguesia, são também afixados diversos editais entre os placards espalhados por toda a freguesia.

Passou de seguida a palavra aos eleitos para que os mesmos, querendo, se pudessem pronunciar acerca das exposições aqui apresentadas.

MÁRIO NOGUEIRA, eleito pelo CDS, reiterou, o mesmo pedido da informação e divulgação mais actualizada e atempada das diversas actividades da Junta de Freguesia.

Reportando-se à intervenção do cidadão Luís Ágoas, **JOSÉ MORGADO** quis sublinhar que os diversos vereadores e deputados municipais do PSD têm-se manifestado em várias ocasiões acerca do problema exposto, e recordou que, inclusivamente, numa das sessões descentralizadas da CML, realizada no Centro Cultural Franciscano, foi um dos vereadores deste partido que permitiu que a população pudesse falar, indo contra a decisão do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que impedia que os populares se pudessem manifestar sobre esse assunto. Concluiu dizendo que a preocupação do cidadão Luis Ágoas é também a preocupação destes eleitos, e que em diversos *fóruns* isto mesmo é referido.

Relativamente à questão da informação, **JOSÉ MORGADO** afirmou que neste sentido também o PSD já se havia manifestado várias vezes, fazendo notar que a informação às vezes não chega a tempo e a horas.

Reconheceu, contudo, que o Presidente da Junta de Freguesia tem feito um esforço para minimizar esta situação junto dos eleitos das diversas bancadas, mas que, ainda assim, este esforço não tem conseguido surtir efeitos para com o resto da população, pelo que se torna necessário buscar soluções e agilizar estratégias de comunicação.

DANIEL SOARES, por sua vez, e relativamente à questão do Orçamento Participativo, considerou ser importante distinguir dois considerandos: um, que tem a ver com aquilo que são os erros do projecto e as críticas que lhe podem ser feitas - desde o processo de selecção do projecto, até às dificuldades que envolveram também a sua fase de gestão e de execução -, e que, nesse aspecto também o PS concordava; outro, considerado bem diferente, tem a ver com o facto de que, mesmo depois de tanto tempo a tentar resolver-se estes problemas, se continue ainda a colocar em causa a vontade, permanentemente manifestada por parte da Câmara Municipal de Lisboa, de se procurarem soluções.

Afirmou ainda não acreditar que, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, existisse alguém que não desejasse a solução para esta situação, preferindo continuar com ela como “pedra no sapato”; e que não era feita justiça quando se faziam acusações de mentira ou de incumprimento de responsabilidades.

Contundo – afirmou **DANIEL SOARES** -, e independentemente de todas estas situações, o PS associa-se à necessidade de conclusão do projecto.

JOÃO VENTURA TOURÃO, na sua vez, afirmou que o que está em causa não são os erros iniciais do projecto, ou a sua má gestão decorrente, mas sim a falta de informação da Câmara Municipal de Lisboa, que numa reunião afirma uma coisa e noutra reunião afirma outra coisa bem diferente. Houve, além disso, uma alijar de responsabilidades na CML, com o envio sistemático do projecto de uns responsáveis para outros, sem que alguém quisesse assumir a sua responsabilidade e alimentando-se, deste modo, um continuado de más informações.

Disse, também, **JOÃO VENTURA** que a esta Assembleia de Freguesia - mais do que ao Executivo, que tudo tem feito neste sentido – cabe exigir junto da Câmara Municipal de Lisboa uma informação real e concreta e pugnar pelo respeito que lhe é devido, porque, não respeitando as populações com informação séria e credível, está-se também a desrespeitar aqueles que foram democraticamente eleitos e que aqui legalmente os representam.

Em nome do Executivo o Presidente **FÁBIO SOUSA** respondeu, então, às questões colocadas pela população.

Assim, começou por afirmar reconhecer em Luís Ágoas um dos cidadãos de Carnide mais activos na justa defesa do cumprimento dos Orçamentos Participativos, que já datam de 2014 e de 2015, e, nomeadamente, na defesa da requalificação do Centro Histórico de Carnide, que há muito é sonhado por toda a freguesia.

Recuperou, entretanto, alguma informação prestada em anteriores Assembleias de Freguesia, recordando as dificuldades de gestão e de contratação de empreitadas e os valores que foram orçamentados. Recordou, também, a promessa do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de que até final do ano 2019 a obra teria o seu início, pelo que se aguardava que tal se concretizasse.

Reportando-se à intervenção do cidadão **RUBEN**, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou, também, que esta autarquia tem vindo a encetar um empenhado esforço de maximização e agilização da informação a ser facultada à população de Carnide, mas que reconhecia que havia ainda muito trabalho de melhoria contínua que se tornava necessário continuar a perseguir.

Relativamente à requalificação do polidesportivo do Bairro da Horta Nova, **FÁBIO SOUSA** começou por felicitar a iniciativa daquele morador, que teve a coragem de vir ao sítio certo colocar as questões adequadas, e de não ter adoptado a postura de outras pessoas que se refugiam atrás de outros ou que apresentam estas situações nas páginas das redes sociais.

Mais acrescentou que, lamentavelmente, algumas pessoas que a determinada altura se auto-intitularam intervenientes neste processo mais não fizeream do que continuamente utilizarem o projecto para se promoverem, nomeadamente através de campanhas políticas de determinados partidos. Muitas dessas pessoas nada fizeram, em vez alguma, por uma freguesia e muito menos fizeram por um bairro.

Contrariando a leitura de que as crianças do Bairro da Horta Nova não têm onde treinar as suas actividades desportivas, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou que todas as crianças nesta freguesia são iguais e que, sejam elas do Bairro Padre Cruz, da Quinta da Luz, do Bairro Novo de Carnide, do Centro Histórico ou do Bairro da Horta Nova, todas utilizam de forma absolutamente gratuita o pavilhão que é gerido pela autarquia e que se localiza no Bairro Padre Cruz. Um pavilhão coberto, bem dimensionado e com todas as condições consideradas adequadas.

Adiantou, também, que a perspectiva desportiva da Junta de Freguesia de Carnide não se coaduna com a ideia da existência de apenas um espaço para estas actividades e que, por isso mesmo, o Executivo teve a coragem de apresentar à Câmara Municipal de Lisboa a proposta de construção de mais um equipamento desta natureza, a localizar no Bairro da Horta Nova, uma vez que as soluções que se apresentavam para a adequação do actual espaço desportivo (nomeadamente a sua cobertura) não se apresentavam como exequíveis, até por questões urbanísticas.

Num acordo com a CML e ao abrigo da delegação de competências, a Junta de Freguesia foi instruída a lançar concurso público para uma competente requalificação do polidesportivo, porém, no desenvolvimento das respectivas diligências veio a verificar-se que o valor base disponível para a execução da obra preconizada era insuficiente, levando a que nenhum empreiteiro quisesse assumir aqueles trabalhos e inviabilizando a sua execução.

Foi, então, necessário que, numa relação articulada entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa, se procedesse à reformulação do projecto, procurando a sua maximização e, ao mesmo, uma adequação e redução de custos. E é neste ponto que, à data, a situação se encontra.

Não havendo, mais participantes neste período de intervenção do público (PIP), passou-se de imediato à discussão dos documentos previamente entregues à mesa, registando-se a discussão e os entendimentos que a seguir se descrevem.

DOCUMENTO 1 – Moção – Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas (CDU);

Após a apresentação deste documento feita por **JORGE HUMBERTO SILVA**, o eleito do PS, **DANIEL SOARES**, afirmou que o Partido Socialista o acompanhava na sua essência, mas que porém não se revia na linguagem utilizada, sugerindo que o termo “*exigir*”, ali constante, fosse retirado da sua redacção.

JOSÉ MORGADO, reiterando as afirmações de Daniel Soares, quanto aos termos utilizados, afirmou que o PSD não acompanhava a redacção dos pressupostos inscritos no segundo parágrafo, que considerou demasiado sectária, nomeadamente quando nele se afirma que *“as causas dos problemas ambientais no mundo são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos”*. Sublinhou, a este propósito, que no mundo inteiro, e desde há muito tempo, foram cometidos imensos crimes ambientais, como sejam exemplo a secagem dos mares interiores no norte da Sibéria, com populações inteiras a ficarem sem qualquer sustento; com a destruição de inúmeros habitats, ou ainda como o desvio de imensos rios registados na China, e em nenhum destes sítios a gestão do bem público era capitalista.

MÁRIO NOGUEIRA, por sua vez, saudou a apresentação destas moções, uma vez que tudo o que pretende a defesa do ambiente e da qualidade de vida humana será de sumo interesse. Porém considerou pertinente que em vez de se apresentarem moções muito abrangentes se procurasse também valorizar pequenos gestos concretos e que estão ao alcance de cada um, como era um bom exemplo o facto de a Junta de Freguesia de Carnide ter já substituído, para esta Assembleia, as garrafas de plástico por copos reutilizáveis.

Subscreveu a mesma posição tomada por **JOSÉ MORGADO** e sugeriu que o termo de “capitalista” pudesse ser substituído por “intensiva”.

Ainda a este propósito, **DANIEL SOARES** exortou a que - fosse pelo lado da CDU ao aceitar substituir a palavra, ou fosse pelo lado do PSD e CDS ao apresentarem uma Declaração de Voto – não houvesse diferenças ideológicas que pudessem motivar a não aprovação de uma moção desta natureza.

Após algum momento de discussão interna a bancada CDU aceitou a alteração sugerida por Mário Nogueira, passando o termo “capitalista” a ser substituído por “intensiva”.

Submetida esta Moção à votação, resultou a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

DOCUMENTO 1A – Voto de saudação pela realização da Cimeira do Clima da ONU (PS);

Na apresentação deste documento, DANIEL SOARES sublinhou também o facto de Portugal ter sido o primeiro país que formalmente se comprometeu com a meta da neutralidade carbónica de 2050 e que, para o Partido Socialista, os assuntos do clima eram matéria de grande importância, reputando de fundamental que todos se possam envolver e comprometer com este tema. Por fim, na apresentação deste documento, enalteceu e saudou o facto de os contributos fundamentais para a sua elaboração terem vindo da parte da Juventude Socialista.

Submetido à votação, foi este documento **APROVADO POR UNANIMIDADE**

DOCUMENTO 2 – Recomendação – Melhorar a Feira da Luz (PSD);

JOSÉ MORGADO apresentou esta recomendação, clarificando que ela comportava fundamentalmente dois objectivos; um, o de melhorar a forma como os partidos políticos têm participado na Feira da Luz, considerando o PSD que a alteração introduzida nesta edição não trouxe qualidade nem clareza às diferenças naturais dos partidos; o outro, o de defender que o regulamento de atribuição dos lugares de venda da Feira da Luz possa vir a ser apresentado nesta Assembleia, de modo a que aqui se possa fazer a devida apreciação, tecer os considerandos necessários e propor as alterações que se entenderem por mais adequadas.

Sujeita à votação, esta recomendação resultou **APROVADA COM OS VOTOS DO PSD (2), CDS (1) e PS (3) e a abstenção da CDU (7)**

DOCUMENTO 2A – Recomendação - relativa à presença dos Partidos Políticos na Feira da Luz (PS);

A apresentação deste documento coube a **DANIEL SOARES** que fez ressaltar a dignidade que considera dever estar expressa na presença dos partidos e a necessidade de proceder logisticamente de modo a que as diferentes forças políticas possam estar confortáveis na sua apresentação pública e na possibilidade contacto com os cidadãos.

Nesta sequência, **MÁRIO NOGUEIRA** afirmou que iria votar favoravelmente a recomendação do PSD mas que iria abster-se na recomendação do PS, porquanto a primeira se apresentava de modo positivo, com a apresentação de medidas futuras, enquanto que a do PS apenas se apresentava com toada crítica e indicação dos pontos negativos, mas sem apresentação de propostas concretas.

MIGUEL AGROCHÃO agradeceu o feedback que desta forma também os diferentes partidos puderam dar acerca de uma iniciativa que é emblemática da freguesia e afirmou que se levantam sempre muitos desafios e que estes não deixarão de ser devidamente analisados em posterior reunião de avaliação com os competentes serviços da Junta que nela estiveram envolvidos. Sublinhou também que era importante não desaproveitar a oportunidade de comparar aquilo que é hoje a Feira da Luz com aquilo que ela era há uns anos e a importância que foi a sua transferência para a responsabilidade da Junta de Freguesia, que permitiu a aproximação às populações e o repotenciar desta tradição que estava muito pouco dignificada.

Por fim, concluiu dizendo que a CDU se iria abster na votação de ambos os documentos, uma vez que compreendia bem o desafio logístico que representa este “encaixe”.

Sujeito a votação, este documento resultou **APROVADO COM OS VOTOS DO PSD (2), PS (3) e a abstenção da CDU (7) e CDS (1)**

DOCUMENTO 3 – Moção – Feira Popular de Lisboa (PSD)

JOSÉ MORGADO apresentou esta Moção, recordando que há uns anos atrás a Câmara Municipal de Lisboa, decidiu e anunciou que a Feira Popular de Lisboa iria renascer em terrenos localizados na Freguesia de Carnide, e que, após alguns trabalhos de movimentação de terra e de colocação de vedação envolvente, as obras acabariam por parar, tendo sido retomadas há pouco tempo com novos movimentos de terra, mas que na realidade a prometida e divulgada Feira Popular continuava a ser uma miragem.

Neste sentido, pretendia-se que a CML reordenasse definitivamente aquele espaço para que pudesse vir a ter uma efectiva utilidade, quer para os fregueses de Carnide, quer para os munícipes de Lisboa.

Em sequência desta apresentação, **DANIEL SOARES** declarou que o PS não acompanharia a Moção, e afirmou que a obra do parque verde já se encontrava em curso, e que se previa que a sua conclusão pudesse acontecer no segundo semestre de 2020, e que considerava que esta virá, de facto, a ser uma obra que comportará uma grande mais valia para a cidade.

No uso da palavra, **MÁRIO NOGUEIRA** propôs que esta Moção pudesse ser votada por pontos.

JORGE HUMBERTO SILVA, por sua vez, declarou que a CDU iria votar favoravelmente esta Moção e propôs, contudo, que nela pudesse ser acrescentado um quinto ponto, nomeadamente a solicitação à Câmara Municipal de Lisboa da reposição das vedações de protecção entretanto desaparecidas. Proposta que recebeu a anuência de **JOSÉ MORGADO**.

Procedendo-se, então, à respectiva votação por pontos, registaram-se os seguintes resultados:

Ponto 1 – Aprovado com os votos favoráveis da CDU, PSD e CDS e voto contra do PS;

Ponto 2 - Aprovado com os votos favoráveis da CDU, PSD e CDS e voto contra do PS;

Ponto 3 - Aprovado com os votos favoráveis da CDU, PSD e CDS e voto contra do PS
(CDS anunciou que iria apresentar declaração de voto posterior);

Ponto 4 - Aprovado com os votos favoráveis da CDU, PSD e CDS e voto contra do PS
(CDS anunciou que iria apresentar declaração de voto posterior);

Ponto 5 - Aprovado com os votos favoráveis da CDU, PSD e CDS e voto contra do PS.

Após esta votação o Partido Socialista apresentou uma declaração de voto oral com o seguinte teor:

“O PS votou contra esta moção porque a obra se encontra já em curso e porque nos parece que a sua formulação não é adequada, no entanto o PS está e estará sempre solidário e na primeira linha da defesa dos interesses da freguesia, nomeadamente a conclusão das obras que são cruciais para a mesma”.

Na continuação da Assembleia, **MÁRIO NOGUEIRA** fez a apresentação em conjunto das várias recomendações trazidas pelo CDS, nomeadamente:

Documento 4 – Recomendação – Pela existência de semáforos para os peões com aviso sonoro na Avenida Colégio Militar, Rua da Fonte e Largo da Luz (CDS);

Documento 5 – Recomendação – Pela criação de lugares de estacionamento junto a Farmácias para idosos, deficientes e grávidas (CDS);

Documento 6 – Recomendação – Pelo desbaste das árvores junto ao semáforo da Rua Padre Américo, junto ao cruzamento com a Rua Francisco Namora (CDS);

Documento 7 – Recomendação – Pela colocação de sinalização horizontal e vertical de ciclovias na Avenida Cidade de Praga (frente à Renault Telheiras) (CDS);

Documento 8 – Recomendação – Pela pintura de sinalização de trânsito horizontal na Estrada da Luz (junto ao Lar Maria Droste) (CDS);

Documento 9 – Recomendação – Pela alteração da posição do sinal de proibição parar ou estacionar vertical na Estrada da Luz (junto ao Lar Maria Droste) (CDS);

A propósito destes documentos, **DANIEL SOARES** afirmou que, genericamente, o PS acompanhava todas as recomendações que visavam melhorar as condições de segurança e a segurança rodoviária, considerando que estas questões têm, naturalmente, a sua importância, ainda que não sejam centrais na sua acção política,

uma vez que não se deve viver para os carros mas para outros valores. No entanto percebia que para as pessoas também era importante a sua segurança e que por isso elas deviam também ser levadas em linha de conta. Contudo, sugeriu que fosse aditada em todas estas recomendações uma frase do género *“ou uma solução alternativa que cumpra a mesma função”*, porquanto nem todas elas se lhes afiguravam tecnicamente correctas.

MÁRIO NOGUEIRA aceitou a sugestão.

Submetidas à votação, resultaram todas elas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.

Documento 10 – **Voto de Pesar pelo falecimento de André Jorge Dionísio Bradford (PS);**

DANIEL SOARES apresentou este documento, fazendo uma breve alusão à vida deste elemento do Partido Socialista e sugerindo que no final do PAOD pudesse ser respeitado um minuto de silêncio

Submetido à votação da Assembleia, resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE**

Documento 11 – **Voto de Saudação pela conclusão e inauguração da Casa das Artes de Carnide (PS);**

Na apresentação deste documento **DANIEL SOARES** afirmou que o PS se congratulava com a aprovação em OP de mais um projecto na freguesia de Carnide e pela rápida execução e inauguração do projecto, saudando também os seus promotores, nomeadamente a Boutique da Cultura e a Câmara Municipal de Lisboa, pela colaboração prestada, e todos os seus voluntários, considerando que esta é uma mais-valia para a freguesia.

MIGUEL AGROCHÃO declarou que a CDU acompanhava o espírito deste Voto de Saudação, mas que, neste quadro, julgava importante que pudesse também ser adicionado um quarto ponto, saudando a Junta de Freguesia de Carnide no apoio que deu ao longo de todo este processo.

DANIEL SOARES não concordou com esta sugestão, afirmando que a Junta de Freguesia não tomou parte no processo, e que ele havia nascido de um projecto da Boutique da Cultura, apresentado a Orçamento Participativo, com a Câmara Municipal de Lisboa.

MIGUEL AGROCHÃO, refutou esta afirmação, defendendo que foi a Junta de Freguesia de Carnide quem se envolveu no processo de construção de condições, de contemporização de troca de espaços e de assunção do compromisso de que o espaço Bento Martins seria preservado até que outro estivesse disponível.

DANIEL SOARES afirmou que não introduziria qualquer alteração ao documento e que este seria apresentado nos termos em que estava redigido e que seria votado nesses mesmos termos.

A este propósito, o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, **FÁBIO SOUSA**, recordou que nesta Assembleia de Freguesia foi votado e aprovado por unanimidade um protocolo para a concretização do Projecto Casa das Artes de Carnide, assinado, em nome do Município de Lisboa, pela Vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, em nome da Associação Boutique da Cultura, pelo Presidente da Direcção e pela Secretária, Paulo Quaresma e Joana Tavares, e, em nome da Junta de Freguesia de Carnide, assinado pelo seu Presidente, Fábio Martins de Sousa, pelo que se tornava evidente que a Boutique da Cultura só aconteceu porque existe um Protocolo tripartido celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia de Carnide e a Boutique da Cultura.



Perante a renitência do PS, **MÁRIO NOGUEIRA** afirmou que, na sequência das declarações de Fábio Sousa e Miguel Agrochão, via com pena a não aceitação da inclusão do ponto sugerido pela CDU.

Ainda nesta ocasião, **JOSÉ MORGADO** afirmou que também o PSD considerava que a referência à Junta de Freguesia seria importante neste Voto de Saudação pelo que, na sequência da votação, o PSD iria apresentar Declaração de Voto

Sujeito a votação, o documento resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE**, com posterior Declaração de Voto da CDU e do PSD.

Documento 12 – Voto de Saudação pelos 40 anos do SNS (PS);

VASCO FERREIRA fez a apresentação deste documento, recordando que 2019 seria o ano que haveria de marcar os 40 anos do Serviço Nacional de Saúde, com as inquestionáveis mais-valias que trouxe a Portugal e aos Portugueses, pelo que seria de saudar a sua existência e pontuar desta forma o seu aniversário.

JOSÉ MORGADO afirmou que o PSD iria, naturalmente, subscrever este Voto de Saudação, contudo, pretendeu também deixar em jeito de Declaração de Voto Oral a afirmação de *“que infelizmente nestes 40 anos a população portuguesa, ao contrário de há poucos anos atrás, considera que aquilo que funciona pior em Portugal é exactamente o Serviço Nacional de Saúde e é aquilo que preocupa mais a população portuguesa, segundo as sondagens que vêm publicadas em toda a comunicação social. Os 40 anos do SNS são de saudar mas, infelizmente, o Serviço Nacional de Saúde não está de boa saúde”*.

Submetido à votação, este Voto de Saudação resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE** (com Declaração de Voto posterior do CDS).

Após a discussão de todos estes documentos, **JOSÉ MORGADO** propôs que, para futuras realizações, os serviços da Junta providenciassem uma melhor iluminação deste Espaço Bento Martins, sublinhando que esta é uma sala carismática da freguesia.

Em remate deste PAOD foi observado um MINUTO DE SILÊNCIO em memória de André Jorge Dionísio Bradford, conforme anteriormente sugerido e aprovado.

Entrou-se, de seguida na discussão dos pontos considerados na **ORDEM DE TRABALHOS**.

Assim, procedeu-se à **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA 11ª ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, tendo a mesma, após a introdução de pequenas correcções, resultado aprovada, com os votos favoráveis de todos os que nela participaram, e com a abstenção de **JOÃO VENTURA E MÁRIO ALVES (CDU)**, **VIRGINIA PINTO (PS)** e **SUSANA COSTA SANTOS (PSD)** que nela não estiveram presentes.

A este propósito **DANIEL SOARES** sublinhou que a acta em apreço não tinha a densidade das anteriores e que considerava importante que isso tornasse a ser recuperado, porque espelhava com maior rigor o que era discutido nestas Assembleias.

Também nesta sequência **JOSÉ MORGADO** e **MÁRIO NOGUEIRA**, quiseram realçar e o facto de esta Assembleia de Freguesia conseguir ter as actas actualizadas, em contraciclo com a maioria das Freguesias de Lisboa, congratulando-se com a rapidez com que estas são feitas e sublinhando o esforço do 1º Secretário da Mesa na execução desta tarefa.

No Segundo ponto da Agenda, deu-se espaço à **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE**, tendo esta suscitado algumas questões entre os eleitos.

Assim, **MÁRIO NOGUEIRA**, começou por afirmar que na informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia a exposição de alguns pontos poderia ter sido melhor desenvolvida, sem se entrar necessariamente em grandes questões de profundidade, mas especificando melhor o seu teor.

Em continuação, quis também indagar acerca do ponto de situação do parque hortícola da Quinta das Carmelitas; da mesma forma quis informação mais detalhada relativamente ao primeiro ponto do capítulo urbanismo e mobilidade; pediu igualmente algumas explicações sobre o detalhe do projecto de requalificação previsto para a Azinhaga da Torre do Fato; e solicitou algumas palavras acerca do ponto de situação do projecto do terreno junto à Alameda de Roentgen.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, pretendeu saber o que significava exactamente a referência à participação no Executivo na inauguração da nova loja da Servilusa, em Telheiras, e se acaso a Junta de Freguesia tinha estabelecido algum protocolo com aquela empresa. Relativamente à temática da saúde quis, analogamente, saber em que ponto estava a admissão de um novo médico para a USF-Carnide Quer, bem como

o ponto de situação do futuro estacionamento junto ao Centro de Saúde. Por fim, questionou ainda acerca de eventuais novidades relacionadas com o Mercado do Bairro Padre Cruz.

A finalizar esta sua intervenção, fez alguns reparos acerca da construção gramatical registada nalgumas partes do documento, em que os tempos verbais não correspondem às acções expressas ou aos sujeitos.

DANIEL SOARES, por seu turno, começou por afirmar que, mais uma vez, a Informação Escrita do Presidente era um mau documento. Considerando-o mal redigido, incompleto e vago, e declarando que já por diversas vezes tinha pedido que isso fosse alterado, não apenas por causa dos eleitos, mas também por causa dos fregueses que possam ter acesso a ele.

Sublinhou que, nas relações com a CML, em momento algum se refere qualquer tipo de colaboração, sendo o mais frequente a figura da pressão ou da exigência sobre aquele Órgão Autárquico.

Questionou, neste período da sua intervenção, acerca da audição pública que foi prometida relativamente aos moradores da Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro e adjacentes. Foi feita? Não foi feita?

Indagou, também, acerca da limpeza dos terrenos junto ao LIDL e acerca de quem deve acatar estas responsabilidades.

Deixou nota de desagrado com o registado na Feira da Luz, onde, havendo copos de plástico reutilizáveis a serem vendidos pela Junta de Freguesia a 50 cêntimos, havia também, e concomitantemente, copos descartáveis a serem disponibilizados gratuitamente pelos comerciantes, à margem de qualquer sentido ecológico.

A este mesmo propósito **MIGUEL AGROCHÃO**, lembrou que, em momentos de utilização mais intensiva, este tipo de copos reutilizáveis não se adequa. E que não serve por várias razões: porque o número de utilizações não justifica o diferencial de plástico utilizado na sua produção, e porque levanta questões de higiene significativas. Reforçou que há uma solução de compromisso que a Junta de Freguesia quer acompanhar, mas que há também muito *show off* e estratégias de marketing metidas no meio, e que, do ponto de vista ambiental, em contextos de grande utilização é mais prejudicial o plástico gasto para produzir copos como os que a Junta de Freguesia apresentou do que os simples copos descartáveis.

Em tempo de resposta às interpelações que lhe foram dirigidas, **FÁBIO SOUSA** começou por informar que as obras do Parque Hortícola da Quinta das Carmelitas já tiveram início, e que estes trabalhos deverão estar concluídos no mês de Outubro. Acrescentou que este é um espaço que comporta cerca de 20 talhões e que será, numa primeira análise, destinado a realojar os hortelões que irão ficar sem as suas hortas na sequência da construção do parque de estacionamento de Carnide Centro.

Relativamente ao Parque infantil da Horta Nova, informou que este é um projecto da Câmara Municipal, que foi ganho pelas pessoas numa dinâmica de Orçamento Participativo, e que à presente data se encontrava em fase de revisão de projecto,

estimando-se que até ao final de 2019 ou início de 2020 possam ter início algumas obras.

Quanto às Hortas Comunitárias do Bairro da Horta Nova, o Presidente da Junta de Freguesia informou não dispor, ao momento, de dados mais concretos que possam complementar melhores esclarecimentos, dispondo apenas da informação que lhe havia sido comunicada pela Câmara Municipal de Lisboa, de que até ao final do presente ano ou no início do ano de 2020 poderiam arrancar as suas obras, reforçadas pela responsabilidade de Lisboa estar distinguida como “Capital Verde”.

No que diz respeito à situação da Azinhaga da Torre do Fato, **FÁBIO SOUSA** afirmou que foram já realizadas algumas reuniões com os moradores das AUGIs e com a CML, encontrando-se também o seu projecto de requalificação na fase de revisão e prevendo-se que este possa vir a ser implementado no final de 2020. Disse, ainda, que este é um projecto muito básico, que assenta fundamentalmente na renovação do pavimento e criação de passeios, não obstante o facto de a Junta de Freguesia ter apresentado por escrito uma proposta mais completa, que sustentava o reforço e a alteração da iluminação pública, colocação de árvores, etc... mas que, porém, tal não foi aceite pela Câmara Municipal.

No que diz respeito à zona desportiva da Quinta dos Inglesinhos, o Presidente da Junta de Freguesia informou que, ao presente, o projecto está em obra, decorrendo a cargo de um grupo espanhol que escolheu fazer um investimento significativo naquele espaço, e que, ao contrário dos projectos anteriores, este se apresenta como um projecto mais amigo dos moradores uma vez que recusa a modalidade de *paddel* e, consequentemente, advoga uma redução do ruído em contextos habitacionais. À data desta Assembleia decorria a construção do parque de estacionamento subterrâneo.

A propósito da referência à participação na inauguração da Loja Servilusa, **FÁBIO SOUSA** reforçou que tem sido uma prática habitual do Executivo o apoio às empresas que se decidem vir estabelecer em Carnide, independentemente do tipo de negócio que praticam. Naturalmente que o discurso ético de saudação e de boas vindas por parte do Executivo será sempre adequado aos diferentes contextos empresariais.

Na continuação desta informação, acrescentou ainda que, na cerimónia de inauguração da referida loja, esteve presente não apenas o Presidente da Junta, como também esteve o próprio Pároco de Carnide, num evidente gesto de acolhimento.

A cerca do desejo de afectação de um novo clínico à USF-Carnide Quer, o Presidente da Junta de Freguesia declarou que o Executivo tem continuado a exercer pressão junto da Ministra da Saúde no sentido de alertar para o compromisso assumido pelo seu antecessor, de priorizar Carnide na alocação de mais um médico à sua Unidade de Saúde, considerando que esta é uma zona da cidade de Lisboa onde existe um muito significativo número de pessoas sem médico de família. Contudo, até à data, não havia ainda qualquer novidade a reportar, ainda que se mantenha viva, por parte do Executivo, uma evidente perspectiva de colaboração.

Na mesma perspectiva de colaboração se encontravam as relações com a EMEL, a propósito da implementação do parque de estacionamento contíguo ao Centro de Saúde, contudo, também aqui não existia ainda qualquer novidade a comunicar.

Relativamente ao Mercado do Bairro Padre Cruz, **FÁBIO SOUSA** informou que estava a ser desenvolvido o respectivo projecto de requalificação e que, a breve trecho, este iria ser apresentado às pessoas, ainda que não na sua versão final, mas sim numa versão em construção, de modo a poder também acolher os contributos dos principais intervenientes.

No que diz respeito à limpeza dos terrenos junto ao LIDL, o Presidente da Junta de Freguesia informou que esta necessidade de intervenção já havia sido comunicada à Câmara Municipal de Lisboa, e que, naquele espaço, existia um problema gravíssimo que se prendia com o facto de ele estar localizado em “zona de ninguém”. É um espaço muito grande, que está ligado à Rotunda Mário Soares, da responsabilidade do Município da Amadora, à Quinta do Bom Nome, da responsabilidade do Município de Lisboa, e à Estrada da Correia, da responsabilidade do Município de Odivelas. De qualquer modo esta situação estava a ser acompanhada junto da CML, até porque para aquele espaço está prevista a construção de um Parque de Estacionamento, sob a responsabilidade da EMEL, em vista à construção das infraestruturas de apoio à futura Feira Popular de Lisboa.

Relativamente à situação verificada com os copos reutilizáveis durante a Feira da Luz, **FÁBIO SOUSA** esclareceu que a atitude adoptada foi exactamente a mesma que a própria CML quis aplicar por ocasião das Festas dos Santos Populares na cidade de Lisboa e recordou um artigo publicado no jornal Público de 10 de Janeiro de 2019, que se referia precisamente a esta temática.

Na edição do presente ano pretendeu adoptar-se, fundamentalmente, uma postura de sensibilização junto dos feirantes; para a edição do próximo ano poderá vir a adoptar-se uma postura de punição pelo incumprimento daquilo que – aceitando-se a proposta do Partido Socialista – possa vir a ficar plasmado no próprio regulamento da Feira da Luz.

Noutro momento da reunião, e antes de se passar à discussão do terceiro ponto da Agenda, a Presidente da Assembleia de Freguesia quis dar informação acerca da homenagem que no dia 26 de Setembro, pelas 17:30h, iria ser feita ao Padre Filipe do Rosário, com a atribuição do seu nome ao largo fronteiriço à Igreja de S. Lourenço, no Centro Histórico de Carnide.

Recordou também que no mandato anterior havia sido aprovado, nesta mesma Assembleia, um voto por unanimidade que sugeria à CML a atribuição desta distinção ao antigo Pároco de Carnide, com a sua inclusão toponímica num dos espaços da freguesia.

Neste mesmo período da reunião também **FERNANDO D’OLIVEIRA**, informou que por proposta sua, e na qualidade de representante desta Assembleia de Freguesia de Carnide na CPCJ-Lisboa Norte, se iria realizar no dia 6 de Novembro, no Centro Cultural de Carnide, o Fórum Criança, sobre a problemática das crianças com necessidade de

intervenção e protecção especial, que pretendia, fundamentalmente, formar, informar e sensibilizar as Entidades de Primeira Linha acerca dos modos adequados e das práticas correctas de sinalização de casos: o que sinalizar, como sinalizar, quando sinalizar.

Sendo destinado, de forma privilegiada, às Instituições da Freguesia de Carnide e àquelas que constituem a realidade de Lisboa Norte, este fórum estará aberto a todas as outras entidades que nele pretendam participar.

Retomando-se de seguida a abordagem dos pontos da agenda, foi feita a apreciação do terceiro item, relativo aos **CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**.

A este propósito **DANIEL SOARES**, quis saudar os contratos de delegação de competências provenientes da Câmara Municipal de Lisboa, espelhando uma filosofia de proximidade com a freguesia e com os cidadãos e que considerou deverem ser sempre louvados e replicados o mais possível.

Submetido este ponto à votação, foi o mesmo **Aprovado por unanimidade**.

Na discussão do quarto ponto da Agenda - **REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – DANIEL SOARES** afirmou que, no contexto de delegação de competências, a Junta de Freguesia de Carnide foi inapta na execução do contrato aqui considerado (construção do equipamento desportivo do CAC). Declarou, ainda, que o Caderno de Encargos foi mal feito, com muitos erros, e que o concurso público ficou deserto, certamente que não por culpa exclusiva da Junta, mas também com muitas responsabilidades por parte desta.

Considerou, também, que esta era uma obra considerável e muito importante e que todos os atrasos verificados prejudicaram grandemente a freguesia.

Expressou a ideia de que infelizmente a Junta de Freguesia de Carnide estava a revogar um contrato de delegação de competências que poderia ter sido muito melhor executado. Contudo, manifestou-se confiante com o seu retorno à Câmara Municipal de Lisboa e com a convicção de que isso iria permitir a sua mais rápida conclusão.

Rematou esta sua intervenção dizendo que se a Junta de Freguesia achava que não tinha a capacidade de realizar esta obra, não a deveria ter aceite e, tendo constatado que não a conseguia realizar, deveria, então, ter tomado a iniciativa da sua devolução mais cedo.

Em resposta a esta intervenção **MIGUEL AGROCHÃO**, começou por dizer que a falta de elevação das intervenções representava quem as fazia, pelo que a CDU não iria alinhar neste registo, que não parecia ser digno das pessoas que este partido representa.

Considerou, no entanto, ser muito importante retirar as devidas ilações de todo este processo e que esta era a “prova provada” de como a CML sempre viveu este processo de descentralização e como encarava cada negociação de protocolo de

descentralização de competências como um veículo de poupança e de redução de recursos.

Disse também que aquilo que a CDU sempre tem apresentado, em diferentes fóruns e em diferentes sedes, como sendo o principal constrangimento às delegações de competências, na forma como têm sido pensadas e ao próprio processo de descentralização, prende-se exactamente com a falta de garantia da adequação dos meios para cumprir com as obrigações que daí derivam. Este – assim o disse - foi um caso onde isso ficou por demais evidente.

Ao arrasto da intervenção do Partido Socialista, **MIGUEL AGROCHÃO** deixou no ar a questão dos custos em que iria importar a obra agora assumida pela CML, considerando que, garantidamente, estes não iriam corresponder ao que foi contratualizado no protocolo de delegação de competência, ascendendo a valores muito superiores a esses.

Reforçou que as razões dos atrasos verificados em todos estes processos se prendiam, fundamentalmente, com a exiguidade das verbas afectas à Junta de Freguesia para desencadear os adequados procedimentos e para a execução da obra.

DANIEL SOARES, retorquiu questionando se era ou não verdade que a Junta de Freguesia havia aceite este contrato de delegação de competências nos termos que lhe foram apresentados; se era ou não verdade que a meio do processo houve reforço da verba; se era ou não verdade que o projecto tinha erros e que foi necessário proceder à sua reformulação, e que esses erros levaram a que o primeiro concurso corresse mal; se era ou não verdade que houve um aumento dos preços da construção desde a altura em que o contrato foi assinado até à data presente e que isso levou ao consequente reforço das verbas;...

Disse também que se era verdade que a culpa não podia ser assacada por inteiro à Junta de Freguesia, havia sido a inaptidão do seu Executivo que levou a que, logo após o falhanço do primeiro concurso, faltasse a coragem política para assumir a sua incapacidade de execução da obra, conduzindo-a para um segundo concurso, também ele fracassado. Reafirmou que foram estas as situações que provocaram os atrasos no projecto.

VIRGINIA PINTO, por sua vez, advogou que não se podia dizer que os contratos de delegação de competências serviam para poupar dinheiro, porque tal não correspondia à verdade. Este tipo de contrato – disse - sempre pretendeu agilizar processos, de modo a que a sua execução pudesse acontecer de forma mais rápida. Afirmou também que na freguesia de Carnide há um historial concreto de grandes obras realizadas sob a égide da delegação de competências, que não podem ser sonegadas ou esquecidas.

Em contraponto, **MIGUEL AGROCHÃO** recordou as pressões, os contextos e as dificuldades em que essas mesmas obras foram realizadas, e reforçou que nenhuma das produções executadas assumiu alguma vez a dimensão daquela que este CDC preconizava, pelo que as mesmas não poderiam ser comparadas.

DANIEL SOARES, recordou que em determinada altura também ele esteve envolvido na busca de soluções para a problemática do CAC, e que tinha consciência de que tudo havia sido feito para levar a bom porto os esforços de solução e a concretização da obra contemplada neste CDC. Disse também que, para além deste caso, apenas se lembrava de mais dois contratos de delegação de competências não concretizados na cidade de Lisboa, nomeadamente, um deles estabelecido com um clube nas piscinas da Penha de França, e o outro com a delegação de competências genericamente assumidas na freguesia de Santo António. E que de todas estas situações era necessário retirar as devidas aprendizagens. Porém – afirmou – as aprendizagens que daí se tiram não devem constituir móbil para a desresponsabilização.

FÁBIO SOUSA, por seu turno, afirmou que o PS Lisboa, ao contrário do que parecia ser a leitura do PS Carnide, desde o princípio assumiu e afirmou que este contrato tinha tudo para correr mal. A Junta de Freguesia tinha disso consciência e, ainda assim, numa decisão tripartida entre Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia de Carnide e Direcção do CAC, foi sendo dada uma resposta de presença e de aceitação do desafio. Contudo, ao longo do desenvolvimento do processo, poucos foram os interlocutores iniciais que se mantiveram ou que resistiram: o Clube já vai na segunda ou terceira direcção, e os próprios Vereadores do Desporto também já se contam entre vários intervenientes.

Sublinhou, também, que esta delegação de competências só aconteceu porque a CML assumiu abertamente que apenas conseguia fazer 30% de investimento, sem conseguir a realização de obra. Ao longo do processo, e apesar do carácter tripartido deste contrato, a Junta de Freguesia apenas foi sendo considerada na dimensão de pagadora, porquanto os diferentes técnicos contratados foram sempre articulando directamente com a CML nas especificidades da intervenção, como sejam os casos dos projectistas etc...

DANIEL SOARES, na sua última intervenção acerca deste ponto, sublinhou que o que pretendeu realçar era o carácter tardio da decisão de revogação por parte do Executivo da Junta de Freguesia e que se a mesma tivesse sido tomada pelo menos aquando da última Assembleia de Freguesia ter-se-iam poupado alguns meses de indefinição.

Em remate, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** declarou que a decisão foi tomada há já vários meses e que em devido tempo isso mesmo foi comunicado à Câmara Municipal de Lisboa, com a indicação de que os serviços municipais poderiam avançar com todos os procedimentos necessários. Na mesma ocasião se comunicou à CML que apenas se aguardava trazer esta decisão à Assembleia de Freguesia, para se consolidar a respectiva ratificação.

Tendo este ponto sido submetido à votação, resultou o mesmo **APROVADO COM A ABSTENÇÃO DO CDS**.

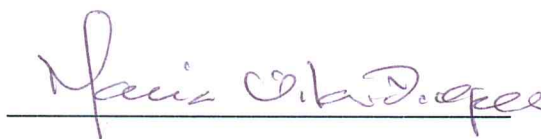
Na abordagem ao último ponto da Agenda foi feita a apreciação do **AUTO DE ABATE**, nada de relevo havendo a registar.

Após a discussão do último ponto da Agenda, foi acordada a data de 19 de Dezembro de 2019, **pelas 21.00h**, para a efectivação da próxima Assembleia de Freguesia, tendo sido lavrada e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta.

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram **zero horas e dez minutos** do dia vinte e quatro de Setembro, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **SUSANA COSTA SANTOS**, 2.ª Secretária.

19

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário

2.ª Secretária

Fernando d'Oliveira

Susana Costa Santos